

UDR perde bandeira e corre o risco de se dividir no varejo

Depois que impôs ao plenário da Constituição, há uma semana, a única reforma agrária que aceita — a que não atinge as propriedades consideradas produtivas — a União Democrática Ruralista (UDR) ficou sem uma bandeira de grande força aglutinadora e entra numa fase em que os temas amplos e variados que pretende defender poderão levá-la a divisões graves num movimento que sempre fez da união sua principal fonte de energia.

Agora, a UDR tratará de um leque de assuntos variados como os que compõem a política agrícola; de questões vagas como a consensuação do produtor rural e a melhoria de relacionamento entre empregados e patrões; de problemas que outras entidades do campo já transformaram em bandeira, como a extensão de conquistas previdenciárias ao trabalhador rural; e, naturalmente, de campanha eleitoral. Em todas as tarefas a que se dedicará

de agora em diante encontrará sempre outras entidades dos produtores rurais já atuando.

Embora os dirigentes da UDR, ainda eufóricos com a vitória na votação da reforma agrária, sequer admitam que o futuro da entidade é incerto, ela entrou numa encruzilhada parecida com a que enfrentaram os movimentos abolicionistas do século passado e os sindicatos americanos nos últimos anos. Quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea em 1888, imediatamente deixaram de existir, por falta de bandeiras para empunhar nas ruas e atrair multidões, as entidades que rejeitavam e defendiam a abolição da escravatura — e entre estas estava, por exemplo, a Confederação da Abolição Brasileira, uma espécie de UDR dos abolicionistas, encarregada de aglutinar os movimentos espalhados por todo o país.

As conquistas trabalhistas obtidas pelo sindicalismo americano, segundo registrou

Gary S. Becker, professor de Economia e Sociologia da Universidade de Chicago, em artigo na revista *Business Week* de 7 de março deste ano, fizeram com que a força de trabalhadores sindicalizados nos Estados Unidos baixasse de 33% em 1955 para 17% em 1987. Ou seja, por falta do que reivindicar os trabalhadores se afastaram do sindicato.

A grande motivação que levou os fazendeiros Ronaldo Caiado, Altair Veloso e Salvador Sidney Farina a correr 50 cidades de Goiás em 1988, imediatamente deixaram de existir, por falta de bandeiras para empunhar nas ruas e atrair multidões, as entidades que rejeitavam e defendiam a abolição da escravatura — e entre estas estava, por exemplo, a Confederação da Abolição Brasileira, uma espécie de UDR dos abolicionistas, encarregada de aglutinar os movimentos espalhados por todo o país.

Roosevelt Roque Sucessor de Caiado mantém estratégia

SÃO PAULO — Hoje, quando o médico e fazendeiro goiano Ronaldo Caiado apresentar, oficialmente, seu pedido de licença da presidência da União Democrática Ruralista (UDR), em Brasília, entrará em cena o advogado e fazendeiro paulista Roosevelt Roque dos Santos, o vice-presidente da entidade. Estatura mediana, Roque — o nome herdado da paixão do pai pelo ex-presidente norte-americano Franklin Roosevelt —, assim como Caiado, é admirador de Carlos Lacerda. Mas, ao contrário do fazendeiro goiano, não tem carisma nem uma oratória fluente.

Não se pense, porém, que a UDR ficará à deriva sob a presidência interina deste filho de Presidente Venceslau, município com 45 mil habitantes, no Extremo Oeste do estado, a 635 quilômetros da capital. Afinal, com 40 anos de idade, quatro filhos, Roosevelt Roque dos Santos revela com orgulho de pioneiro que, em três anos de atividade, transformou a UDR paulista na mais forte do país, filiando 50 mil proprietários rurais e abrindo 20 escritórios regionais pelo estado.

Posses — Diligente administrador de 761 alqueires de terra, divididos em três pequenas fazendas — uma em Presidente Venceslau, outra em Anaurilândia (MS) e a terceira em Bela Vista (MS) — dedicadas à pecuária de corte (possui "mais ou menos" 4 mil cabeças de gado — assumirá a presidência da UDR disposto a "manter a guarda" na Constituinte. Os produtores rurais, adverte, vão pressionar os parlamentares e continuar a invadir Brasília para conseguir derrubar, no segundo turno de votação, o dispositivo que garantiu a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas dos assalariados do campo.

"Imagine você", observa Roosevelt — "se um trabalhador rural resolver cobrar, depois de 29 anos de serviço, os direitos que ele acredita possuir desde o primeiro dia no emprego. O produtor rural vai ser obrigado até a vender sua terra para pagá-lo. Temos que tentar, através de emendas supressivas, preservar os interesses dos produtores e dos próprios trabalhadores rurais".

Além disso, ele pretende manter a classe unida para evitar que, no segundo turno da votação da Constituinte, outra emenda supressiva ponha por terra a maior vitória da UDR até hoje: a garantia de que a terra produtiva ficará de fora da reforma agrária, mesmo que não cumpra todos os requisitos contidos na definição da "função social".

Leitor assíduo das biografias do ex-primeiro ministro inglês, Winston Churchill,



Arquivo — 19/9/88

Roque: falar até com o governo

chill, e do ex-presidente francês, Charles de Gaulle, o presidente interino da UDR não concentrará todas as baterias no alvo maior da Constituinte. Ele pretende também centrar fogo na estruturação das assessorias econômica e jurídica da entidade para evitar que vários dos filiados percam seu maior bem, a terra, em consequência de ações judiciais abertas por financeiras e bancos, depois da "morte do cruzado".

"Muitos produtores — observa — estão em vias de perder tudo que têm para poder pagar os empréstimos que levantaram na época do cruzado, quando os juros bancários estavam congelados. O cruzado acabou, as taxas dispararam e hoje grande parte não tem condições de saldar sua dívida. Vamos até falar com o governo, se for preciso, para encontrar uma solução para o caso".

Vereador por três legislaturas na Câmara Municipal de Presidente Venceslau (pela extinta Arena), ex-filiado do PMDB, Roque também não se descuidará da política no comando das 259 regionais da UDR no país. "Vamos fazer muito proselitismo e doutrinação — antecipa ele — sobre a classe rural brasileira para que ela eleja prefeitos e vereadores com filosofia e pensamento que se coadunem com os nossos."

Previdência e saúde só vão hoje a votação

BRASÍLIA — A falta de acordo nas questões da Previdência e Saúde afastou os constituintes do plenário, onde só estiveram 271 parlamentares, impedindo o início da votação do título da Ordem Social. As lideranças partidárias reuniram-se e chegaram a um entendimento sobre o capítulo da Seguridade Social, que deverá ser votado hoje, enquanto prosseguem as negociações sobre Saúde e Previdência.

O primeiro capítulo da Ordem Social, que trata das disposições gerais, manterá o texto do *Centrao*: "A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem estar e a justiça social". O segundo capítulo disciplina a questão da seguridade e já existe um texto com o qual já concordam todas as partes, ficando apenas duas questões dependentes de acordo.

A primeira é a manutenção das contribuições compulsórias dos empregadores sobre as folhas de salários, para manutenção de entidades como Sesc e Senai. Um grupo de negociadores liderados pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) quer que entidades de serviços social e de formação profissional públicas também tenham acesso a esses recursos. A tendência é deixar esse item para as Disposições Transitórias.

O segundo ponto controverso é o artigo que impede pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social de firmar contrato com o poder público e receber benefício ou incentivo fiscal. A questão poderá ficar para a legislação ordinária, que estabelecerá o que é débito previdenciário.

Grupos se acusam por falta de acordo

Acabou sendo abandonado o esboço de um texto de acordo no capítulo da saúde que deveria ter entrado em votação à tarde após exaustivas reuniões de lideranças no final de semana. A esquerda ligada aos sanitaristas e os donos de hospitais aliados ao *Centrao* voltaram às suas posições iniciais, e as seis horas de reunião de líderes partidários foram improdutivas. O trabalho de negociação recomeça esta manhã, da estaca zero.

"Foi o representante da UDR na Saúde, deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), quem endureceu o jogo e gorou a negociação", acusava à tarde o presidente do Conselho Federal de Medicina, Francisco Costa, ligado aos sanitaristas. "Foi o PT quem endureceu, voltando a exigir contrato de direito público para a participação das entidades privadas no sistema único", rebate o deputado Mendes Thame (PFL-SP). "Do jeito que está, eu tenho o hospital mas o governo e a comunidade participam da sua direção", protesta o vice-presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Carlos Eduardo Ferreira.

Juros — O Conselho Diretor da União Brasileira de Empresários (UB), reunido em Brasília, decidiu mobilizar a entidade em apoio à supressão do texto da Constituinte do limite de 12% ao ano de juros reais sobre operações financeiras.

A UB fará nova reunião tão logo sejam concluídas as votações de primeiro turno da Constituinte. A proposta é pela realização de um encontro aberto ao público, quando a entidade analisará o texto votado e selecionará as emendas supressivas que merecerão o apoio da entidade no segundo turno de votação.

Ontem, os seis presidentes de Confederação presentes em Brasília — Oliveira Santos (comércio), Albano Franco (indústria), Camilo Cola (transportes terrestres), Bornhausen (bancos), Alysson Paulinelli (agricultura), Amaury Temporal (associações comerciais) — juntamente com o secretário geral da UB, Sylvio Pedrosa e o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Arthur João Donato, decidiram, no entanto, apressar a mobilização da entidade em torno das questões dos juros e dos direitos trabalhistas.

Quércia quer antecipar eleição para julho com apoio de governadores

BRASÍLIA — Nem quatro nem cinco anos de mandato para Sarney foi a ideia lançada ontem pelo governador Orestes Quércia ao defender a promoção dos dois turnos das eleições presidenciais de 1989 entre julho e setembro desse ano, com a posse do vitorioso a 1º de janeiro de 1990. A proposta teve o imediato apoio dos governadores Moreira Franco e Newton Cardoso, com quem Quércia almoçou no restaurante Florentino após a reunião de governadores no Palácio da Alvorada. Com isso, Quércia espera ver diminuído ou mesmo esvaziado o movimento dos dissidentes do PMDB que pretendem deixar o partido.

O governador paulista discutiu essa tese antecipe com o deputado Ulysses Guimarães. Sintomaticamente, Moreira Franco e Newton Cardoso também deixaram o Florentino para um encontro com Ulysses no Congresso.

Se prevalecer a sugestão dos três governadores, Sarney ficará com quatro anos e dez meses de mandato, já que foi eleito a 15 de janeiro de 1985 e tomou posse a 15 de março como vice-presidente no impedimento de Tancredo Neves.

"Promulgada a Constituição", explicou Moreira Franco, "teremos a convenção nacional do partido e, imediatamente, haverá a abertura da campanha presidencial. Alguém duvida disso?"

Cotoveladas — Quando lhe perguntaram se não havia candidatos demais à presidência, Moreira respondeu. "Vai ter cotovelada daqui, cascados ali. Mas, no fim, tudo se acerta".

Os três governadores, no entanto, evitaram comentar qual seria o papel dos pemedebistas conservadores, como o ministro da Habitação, Prisco Viana, num partido de perfil mais progressista. Quando foi perguntado qual a relação desse novo PMDB com Sarney, foi a vez de Quércia responder: "O governadores estão preocupados com a administração e a questão partidária. O presidente Sarney é que tem que ver sua função".

Moreira descartou ainda qualquer possibilidade de vitória da tese dos quatro anos para Sarney na votação das disposições transitórias.

Plano agrícola já mostra diferenças

Com sua principal bandeira enrolada, o máximo que se consegue obter de consenso em entrevistas com os dirigentes da UDR é a opinião de que a entidade é hoje tão pujante quanto ainda não se pode pensar em divisões internas ou em crises. Mas eles começam se dividindo na simples definição dessa nova fase.

O fazendeiro Altair Veloso, diretor operacional da UDR nacional, não se constringe de dizer que será uma fase de retraimento para dar à organização estrutura capaz de absorver melhor tantos adeptos conquistados em todo o país. Caiado não concorda. Não quer que a UDR perca a imagem conquistada como mobilizadora do homem do campo. "Não somos homens de manifesto, de reuniões, de tomar o chá das cinco nos ministérios. Somos homens de 'H' para as ruas, para as galerias", diz Caiado.

It para as ruas agora defender o quê? "Internamente" — diz o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, PhD pela Universidade de Stanford — "a UDR é cheia de facções. O pequeno e médio proprietários rurais são ameaçados pelos grandes. Cresceu vertiginosamente nos últimos anos o número de pequenos e médios proprietários que se tornaram assalariados. Na hora de discutir, dentro da política agrícola, uma política de preços mínimos, certamente vai haver muita divergência. Uma coisa é fixar preços para uma grande unidade rural, com custo de produção consideravelmente atenuado por uma economia de escala. Outro é o custo de produção de uma pequena propriedade. Pode até acontecer de o grande produtor, ao pedir preço menor, aparecer como progressista".

Essa "tensão latente na UDR", como define Wanderley Guilherme, se mostrará também na discussão da política de comercialização. "Os grandes têm como guardar a safra ou podem alugar silos. Os pequenos, não. Enfim, o pequeno quer ser grande. Precisa de incentivo, de uma política de juros que não seja cruel. Os grandes não querem concorrer".

Cautela — Exatamente porque temas como esses dividem muito, um grupo de técnicos discute há 60 dias para a direção nacional da UDR detalhes jurídicos e econômicos relacionados com os preços mínimos e as dívidas bancárias dos proprietários rurais.

A reunião de hoje em Brasília da direção nacional convocará para o meio do ano um congresso de advogados que trabalham para a UDR em todo o país para discutir a inadimplência dos proprietários rurais. No final de junho, julho e agosto, vencerão os créditos de custeio rural nos bancos; em junho e dezembro, os de investimento.

Mas a qualquer momento Caiado acha que pode transformar um tema do varejo em atacado: "Só este ano, fiz 93 viagens pelo país. Não tenho dívidas de que com uma campanha contra a correção monetária e a favor de preço mínimo justo botaríamos mais gente na rua do que botamos na mobilização para as votações da Constituinte". Mas a partir de hoje a UDR não terá o magnetismo de Caiado. Ele se licenciará da presidência da entidade para se recuperar do desgaste da campanha da reforma agrária e reorganizar seus negócios.

Reitores lutam por recursos

Reitores de universidades do Rio de Janeiro e representantes de professores, estudantes e funcionários de escolas oficiais vão hoje a Brasília defender a inclusão na nova Constituição de dispositivo que garanta ensino de 1º, 2º e 3º graus público, gratuito e de qualidade.

O reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ivo Barbieri, disse que durante toda a semana serão realizados atos no interior da Uerj destinados a transmitir informações sobre a educação no Brasil. Barbieri informou que a principal reivindicação dos reitores é a concessão de maiores recursos para a educação: um mínimo de 18% contra os 13% do momento. Barbieri sustenta que a palavra de ordem do movimento é destinar todos os recursos da União, na área da educação, ao ensino público, o que implica em deixar a escola privada sem nenhuma ajuda.

ÁLVARO VALLE

Hoje, às 20:30 h, no canal 9. Programa Gente Como a Gente.